Capítulo 3 - Normalização do SRP
3.1. Breve histórico
3.2. Abrangência reguladora do Decreto Federal
3.2.1. Decreto com alcance restrito à esfera do governo
3.2.2. Decreto abrangendo todas as esferas de governo
3.2.4. Administração federal direta
3.2.5. Autarquias e fundações públicas federais
3.2.6. Fundos especiais
3.2.7. Empresas estatais e fundações públicas
3.2.8. Demais entidades controladas
3.2.8.1. Agências reguladoras
3.2.8.2. Conselhos de fiscalização profissional
3.2.8.3. Serviços sociais autônomos – Sistema “S”
3.2.8.4. Organizações sociais
3.2.9. Poder Judiciário, Poder Legislativo e Tribunais de Contas
3.2.10. Estados, Distrito Federal e Municípios
3.2.11. Demais entidades controladas
3.3. Ações na área de saúde
3.4. Convênios

Capítulo 4 - Vantagens e desvantagens do SRP
4.1. Vantagens do Sistema de Registro de Preços
4.1.1. Desnecessidade de dotação orçamentária
4.1.2. Atendimento de demandas imprevisíveis
4.1.3. Redução do volume de estoques
4.1.4. Eliminação dos fracionamentos de despesa
4.1.5. Redução do número de licitações
4.1.6. Tempos recordes de aquisição
4.1.7. Atualidade dos preços de aquisição
4.1.8. Participação de pequenas e médias empresas
4.1.9. Vantagens para os licitantes
4.1.10. Transparência das aquisições
4.1.11. Redução dos custos da licitação
4.1.12. Maior aproveitamento de bens
4.2. Desvantagens do Sistema de Registro de Preços

Capítulo 5 - Implantação do Sistema de Registro de Preços
5.1. Conveniência da setorização
5.2. Escolha dos servidores
5.3. Modelo de portaria
Capítulo 6 - 1ª Etapa: organizando o caos........................................................................ 109
6.1. Levantamento de dados: exercícios anteriores ........................................ 110
6.2. Levantamento de dados: expectativas de aquisições ................................ 112
6.3. Recomendações importantes ...................................................................... 115

Capítulo 7 - 2ª Etapa: tratamento dos dados coletados................................................. 117

Capítulo 8 - 3ª Etapa: descrição do objeto e da qualidade........................................... 121
8.1. Equívoco: comprar pelo menor preço, sem qualidade.............................. 121
8.1.1. ausência de treinamento............................................................................ 121
8.1.2. menor preço: não é regra absoluta............................................................ 122
8.1.3. a errada compreensão de decisões dos órgãos do controle...................... 122
8.2. O dever jurídico de garantir a qualidade...................................................... 123
8.3. O dever de padronizar.................................................................................... 130
8.3.1. a padronização de marcas......................................................................... 133
8.3.2. a padronização pela continuidade.............................................................. 135
8.3.3. como fazer a padronização – 7 passos...................................................... 136
8.4. Pré-qualificação de produtos para compras em larga escala...................... 137
8.5. A exclusão de marcas.................................................................................... 138
8.6. A indicação de características definidoras da qualidade............................. 138
8.7. A marca como condição de garantia............................................................. 142
8.7.1. condição de garantia e a licitação dispensável.......................................... 142
8.7.2. peça necessária à manutenção do equipamento......................................... 146
8.7.3. período de garantia técnica.......................................................... 147
8.7.4. fornecedor original do equipamento......................................................... 148
8.7.5. aquisição junto ao fornecedor original....................................................... 149
8.7.6. peças genuínas....................................................................................... 149
8.8. Boas práticas................................................................................................. 150
8.8.1. exigência de amostras do produto............................................................ 151
8.8.2. padronização de produtos e marcas.......................................................... 152
8.8.3. caderno de especificações e As built......................................................... 156
8.8.4. banco de qualidade.................................................................................. 157
8.9. Qualidade dos serviços.................................................................................. 157
8.10. Jurisprudência............................................................................................. 158

Capítulo 9 - 4ª Etapa: definição de quantidades............................................................. 161
9.1. Fixação de padrões mínimos de consumo...................................................... 161
9.2. Expectativas de consumo confiáveis.............................................................. 162
9.3. Quantitativos máximos de aquisição.............................................................. 163
9.4. Definição de lotes........................................................................................... 164
Capítulo 10 - 5ª Etapa: compartimentalização e integração ........................................ 179

10.1. As expectativas da organização ......................................................................... 179
10.2. A importância da participação dos setores .................................................... 180
10.3. A implantação das novas rotinas .................................................................... 182
10.4. Superando os equívocos da compartimentalização ........................................ 184
10.6. Relação entre órgão gerenciador e órgãos participantes ............................... 188
10.6.1. distinção entre participante e carona ..................................................... 188
10.6.2. vantagens e desvantagens de ser participante e carona ......................... 188
10.6.3. órgãos participantes de outras esferas de governo .................................... 189
10.6.3.1. instrumento jurídico ............................................................................. 191
10.6.3.2. conteúdo do ato de colaboração ........................................................ 191
10.6.4. pagamento .................................................................................................. 192

Capítulo 11 - 6ª Etapa: ampla pesquisa ................................................................. 195

11.1. Confronto com a licitação convencional ....................................................... 195
11.2. Banco de dados como referenciais ................................................................. 196
11.3. Mercados semelhantes ................................................................................... 199
11.4. Terceirizar a realização da pesquisa ou não? ............................................... 200
11.5. Terceirizando com licitação e sem licitação ................................................... 200
11.5.1. terceirizando com licitação ......................................................................... 201
11.5.2. terceirizando sem licitação - art. 24, II, Lei nº 8.666/93 ........................ 202
11.5.3. terceirizando sem licitação - art. 24, XIII, Lei nº 8.666/1993 ............ 202
11.5.3.1. instituição brasileira ................................................................. 203
11.5.3.2. incumbência regimental ou estatutária da pesquisa ............................ 203
11.5.3.3. reputação ético-profissional ............................................................. 204
11.5.3.4. inexistência de fins lucrativos .......................................................... 204
11.5.3.5. inviabilidade de competição é requisito para aplicação? ................... 204
11.5.3.6. instituições públicas de esferas de governo diferentes ................... 205
11.5.3.7. restrições jurisprudenciais .............................................................. 206
11.5.4. terceirizando sem licitação – art. 24, VIII, Lei nº 8.666/1993 ............ 206
11.5.4.1. contratação de órgão ou entidade ..................................................... 206

Capítulo 12

12.1. As diretrizes básicas ..................................................................................... 207
12.2. Modelo de contratação terceirizada ............................................................ 208
12.2.1. do projeto ......................................................................................... 208
12.2.2. do objeto ............................................................................................ 208
12.2.3. das contrapartidas ............................................................................... 209
12.2.4. do requisito ......................................................................................... 209
12.2.5. das contrapartidas ............................................................................... 209
12.2.6. da homologação .................................................................................... 209
12.2.7. da requalificação de escritórios .......................................................... 210
12.2.8. da procuração ...................................................................................... 210
12.2.9. do recebimento .................................................................................... 210
12.2.10. dos órgãos ....................................................................................... 210
12.2.11. das instâncias .................................................................................... 211
12.2.12. das decisões ..................................................................................... 211
12.2.13. do início .......................................................................................... 211
12.2.14. do projeto ......................................................................................... 211
12.2.15. das contrapartidas ............................................................................... 211
12.2.16. das contrapartidas ............................................................................... 211
12.2.17. da contrapartida ............................................................................... 211
12.2.18. do recebimento .................................................................................... 211
12.2.19. das contrapartidas ............................................................................... 211
12.3. Exame ......................................................................................................... 211
12.3.1. cláusulas ............................................................................................ 211
12.3.2. cláusulas ............................................................................................ 211
12.3.3. cláusulas ............................................................................................ 212
12.4. Questões ..................................................................................................... 212
12.4.1. várias .................................................................................................. 212
12.4.2. várias.................................................................................................. 212
Capítulo 12 - 7ª Etapa: Edital do Sistema de Registro de Preços

12.1. As diretrizes de um ato convocatório

12.2. Modelo de edital

12.2.1. do preâmbulo

12.2.2. do objeto

12.2.3. das condições de participação

12.2.4. do representante legal

12.2.5. das condições de habilitação

12.2.6. da habilitação jurídica

12.2.7. da regularidade fiscal

12.2.8. da proposta

12.2.9. do recebimento da habilitação e da proposta

12.2.10. dos critérios de julgamento e adjudicação

12.2.11. das obrigações do licitante fornecedor

12.2.12. das obrigações da Administração

12.2.13. do fornecimento e do recebimento das compras

12.2.14. do pagamento

12.2.15. das penalidades

12.2.16. dos recursos administrativos

12.2.17. da assinatura da ata de registro de preços

12.2.18. do contrato

12.2.19. das disposições finais

12.3. Exame do edital pelo órgão jurídico

12.3.1. cláusulas obrigatórias

12.3.2. cláusulas vedadas

12.3.3. recomendações importantes

12.4. Questões práticas

12.4.1. vários preços para um mesmo produto

12.4.2. vários licitantes para um item
Art. 1° - objeto e âmbito de aplicação ........................................................... 317
Capítulo 15 - Comentários ao Decreto nº 3.931/2001 ..............................
Capítulo 14 - Atualização de preços no SRP .......................................................... 299
13.8. Garantias ............................................................................................................ 298
13.7. Dotação orçamentária ........................................................................................ 297
13.6. Prazo dos contratos ...................................... ...................................................... 296
13.5. Imposição de penalidades .................................................................................. 294
13.4. Rescisão do contrato .......................................................................................... 294
13.3. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ................................................. 294
13.2. Limites às alterações ......................................................................................... 290
13.1. Formalização da obrigação................................................................................. 287
Capítulo 13 - 8ª Etapa: formalização do compromisso .............................................. 287
12.4.1.1. princípios ........................................ 314
12.4.1.2. direitos ........................................ 315
12.4.1.3. objetivos passados .................................................................................. 316
12.4.1.4. objetivos actuais ..................................................................................... 317
12.4.1.6. contratação, efetividade.. ....... 315
12.4.1.7. concurso-competição .............................................................................. 316
12.4.1.8. contratação indireta ................................................................................ 317
12.4.2.2.2. direitos ........................................ 315
12.4.2.2.3. objetivos passados ............................................................................. 316
12.4.2.2.4. objetivos actuais ................................................................................ 317
12.4.2.4. contratação, efetividade.. ....... 315
12.4.2.4. concurso-competição .............................................................................. 316
12.4.2.4. contratação indireta ................................................................................ 317
12.4.3. preços inexequíveis ....................................................................................... 265
12.4.4. preços superfaturados ................................................................................. 267
12.4.5. registro de preços além das quantidades .................................................. 268
12.4.6. controle sobre o edital ................................................................................. 269
12.4.6.1. custo do edital ....................................................................................... 270
12.4.6.2. edital – partes integrantes ....................................................................... 271
12.4.6.3. exame do edital ....................................................................................... 271
12.4.6.4. impugnação do edital e seus efeitos ....................................................... 272
12.4.6.5. interpretação do edital ............................................................................ 273
12.4.6.6. publicação ............................................................................................... 273
12.4.6.7. republicação ............................................................................................. 275
12.4.6.8. check-list do edital ................................................................................ 275
12.5. Os procedimentos da licitação ......................................................................... 278
12.4.6.1. custo do edital.......................................................................................... 270
12.4.6.2. edital – partes integrantes ....................................................................... 271
12.4.6.3. exame do edital ....................................................................................... 271
12.4.6.4. impugnação do edital e seus efeitos ....................................................... 272
12.4.6.5. interpretação do edital ............................................................................ 273
12.4.6.6. publicação ............................................................................................... 273
12.4.6.7. republicação ............................................................................................. 275
12.4.6.8. check-list do edital ................................................................................ 275
12.5. Os procedimentos da licitação ......................................................................... 278

Capítulo 14 - Atualização de preços no SRP .......................................................... 299
14.1. Fundamentação jurídica da proposta de atualização .......................................... 300
14.2. Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro ................................................. 300
14.2.1. da redução de preços ................................................................................. 301
14.2.2. da majoração de preços ............................................................................. 303
14.3. Preços com base em tabelas ............................................................................ 308
14.3.1. peças para veículos em geral ....................................................................... 308
14.3.2. licitação para vale-alimentação ................................................................... 313
14.3.3. medicamentos ............................................................................................. 314
14.3.4. alimentos perecíveis ................................................................................. 315
14.3.5. livros ........................................................................................................... 315
14.3.6. material de construção .............................................................................. 315
14.3.7. água - produtos para tratamento ............................................................... 315
14.3.8. gases hospitaleiros e industriais .............................................................. 316
Capítulo 15 - Comentários ao Decreto nº 3.931/2001 .............................................. 317
Art. 1° – objeto e âmbito de aplicação ........................................................................ 317
1. objetos passíveis de licitação pelo SRP
1.1. serviços
1.2. locação
1.3. compras
2. âmbito de aplicação do Decreto...
Art. 1º, parágrafo único – conceitos
3. Sistema de Registro de Preços
4. Ata de Registro de Preços
4.1. natureza
4.2. conteúdo
5. órgão gerenciador
6. órgão participante
Art. 2º – quando usar o SRP?
1. contratações frequentes
2. por conveniência da Administração
3. contratação por mais de um órgão ou entidade
Art. 2º, parágrafo único - informática – bens e serviços
Art. 3º – modalidade de licitação
Art. 3º § 1º – tipo de licitação
Art. 3º § 2º – órgão gerenciador: atribuições
Art. 3º § 2º I – convite aos participantes
Art. 3º § 2º II – consolidação de informações
Art. 3º § 2º III – instrução processual
Art. 3º § 2º IV – pesquisa de preços
1. atualidade
2. abrangência
3. efetividade
4. parametrizada
Art. 3º § 2º V – confirmação com participante
Art. 3º § 2º VI – licitar
Art. 3º § 2º VII – gerenciar a Ata
Art. 3º § 2º VIII – renegociação e aplicação de penalidades
5. renegociação
6. penalidades
6.1 dos princípios aplicáveis
6.1.1. princípio do devido processo legal
6.1.2. princípio da ampla defesa e do contraditório
6.1.2.1. direito de informação
6.1.2.2. direito de manifestação
6.1.2.3. direito de ver suas razões consideradas
6.2. Da competência para aplicar a penalidade .......................................................... 355
6.3. Da dosimetria da pena .......................................................................................... 356
Art. 3° § 2° IX – prévia reunião .................................................................................. 357
Art. 3° § 3° – órgão participante: responsabilidade .................................................. 359
Art. 3° § 3° I - aprovação dos atos .............................................................................. 359
Art. 3° § 3° II – concordância ...................................................................................... 360
Art. 3° § 3° III – ciência da Ata .................................................................................. 361
Art. 3° § 4° – indicação do gestor .............................................................................. 362
Art. 4° – prazo de validade da Ata .............................................................................. 364
1. a regra geral da vigência da ata ............................................................................... 364
Art. 4° § 1° – prazo de vigência dos contratos ............................................................. 367
2. da vigência dos contratos decorrentes do SRP ....................................................... 368
3. regra geral de prazos de contratos ......................................................................... 368
4. serviços contínuos .................................................................................................... 369
Art. 4° § 2° – prorrogação excepcional ....................................................................... 371
Art. 5° – regra específica de parcelamento .................................................................. 375
Art. 6° – vários registros a um só preço ....................................................................... 377
Art. 6° I – divulgação ..................................................................................................... 380
Art. 6° II – ordem de classificação ............................................................................... 381
Art. 6° III – indicação do fornecedor .......................................................................... 382
Art. 6° parágrafo único – preços diferentes por qualidade ........................................ 382
Art. 7° – direito de preferência ..................................................................................... 383
Art. 8° – não participante (carona) ............................................................................. 385
1. dos requisitos para a extensão da ata ...................................................................... 387
2. órgãos não-participantes de outra esfera de governo ............................................. 388
2.1. medicamentos ........................................................................................................ 388
2.2. do entendimento dos outros Tribunais ................................................................. 388
2.2.1. entendimento no Distrito Federal ........................................................................ 389
2.2.2. entendimento no Município de São Paulo ......................................................... 389
2.2.3. entendimento no Estado de São Paulo .............................................................. 390
2.2.4. entendimento em Santa Catarina ....................................................................... 390
2.2.5. entendimento em Mato Grosso ......................................................................... 390
2.2.6. entendimento da AGU ....................................................................................... 391
2.2.7. edital vedando carona ....................................................................................... 392
Art. 9° – edital ............................................................................................................... 393
Art. 9° I, II e IV - objeto: qualidade e quantidade ....................................................... 393
Art. 9° III – estimaativa de preço ............................................................................... 395
Art. 9° V – condições da execução ............................................................................. 396
Art. 9° VI – prazo de validade do registro .................................................................. 397
Art. 9° VII – relação dos participantes ....................................................................... 397
Sistema de Registro de Preços e Pregão

Art. 9º VIII – planilha de custo..................................................................................... 398
Art. 9º IX – penalidades ............................................................................................ 398
Art. 9º § 1º – critério: desconto ............................................................................. 399
1. limitação ao uso do critério desconto sobre tabela ............ ................... 400
2. licitação para eventos, congressos e seminários .............. 401
Art. 9º § 2º – preço diferente por localidade .................. 401
Art. 10 – assinatura da Ata .......... 402
Art. 11 – compromisso ....................................................................................... 402
Art. 12 – alteração de preço............................ 404
Art. 12 § 1º – negociação de preços .................................................................... 406
Art. 12 § 2º – redução de preços ........................................................................ 408
Art. 12 § 3º – aumento de preços ........................................................................ 410
Art. 12 § 4º – negociação frustrada ..................................................................... 412
Art. 13 – cancelamento de registro ..................................................................... 412
Art. 14 – uso de recursos da tecnologia da informação .......... 419
Art. 15 – normas complementares ................................................................. 419
Arts. 16 e 17 – disposições finais ..................................................................... 420

Capítulo 16 - Análise do Acórdão nº 1.487/2007 do Tribunal de Contas da União sobre órgão não participante (carona) ............ 421
Relatório .................................................. 421
Histórico ............................................................................................................ 422
Elementos apresentados pelos responsáveis ........................................................................... 424
Análise 425
Conclusão ........................................................................................................... 428
Proposta de encaminhamento ............................................................................. 429
Voto .................................................................................................................... 433
Acórdão ............................................................................................................. 436
Dos fatos ............................................................................................................ 438
I.i – dos fundamentos da 4º Secretaria de Controle Externo .................. 438
I.ii – dos fundamentos do Ministério Público junto ao TCU ................. 439
I.iii – dos fundamentos do voto do Ministro Relator ..................... 440
Do mérito .......................................................................................................... 440
I – do Sistema de Registro de Preços – noções gerais ...................... 441
I.i – das vantagens do Sistema de Registro de Preços ...................... 443
I.iii – do art. 8º, do Decreto nº. 3.931/2001 – possibilidade de aderir às Atas de Registro de Preços ................................. 446
II – da contraposição aos fundamentos do Acórdão .................. 447
Capítulo 17 - Carona em sistema de registro de preços: uma opção inteligente para redução de custos e controle.......................... 461

17.1. Conceitos básicos ................................................. 462
17.1.1. distinção entre participante e carona ...................... 463
17.1.2. vantagens e desvantagens de ser participante e carona 464
17.1.3. órgãos participantes de outras esferas de governo .... 464
17.2. Juridicidade do procedimento carona ........................ 466
17.3. Controle sobre o procedimento carona ........................ 467
17.3.1. restrições ao carona ........................................ 469
17.3.2. vantagens para o fornecedor ................................ 469
17.3.3. limitação no número de caronas ............................ 470
17.4. Cenários futuros.................................................. 471

TÍTULO 2 - PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO .............. 473

Capítulo 1 - Generalidades............................................ 475

1.1. Conceito e características ................................. 475
1.2. Normalização do pregão por Medida Provisória ......... 476
1.3. Regulamentação por decreto .................................. 477
1.3.1. pregão presencial .......................................... 477
1.3.2. pregão eletrônico ........................................... 478
1.3.2.1. evolução do pregão eletrônico em números ......... 479
1.3.2.2. segurança no pregão eletrônico ........................ 479
1.3.3. convênios ...................................................... 480
1.4. Características do pregão ...................................... 481
1.4.1. limitação do uso a compras e serviços comuns ....... 481
1.4.1.1. obras e serviços de engenharia ....................... 488
1.4.1.2. bens e serviços de informática – esfera federal 499
1.4.1.3. bens e serviços de informática – demais esferas .... 500
1.4.1.4. alienação de bens ....................................... 501
1.4.1.5. locações .................................................. 504

Sistema de Registro de Preços - IRP

1.4.2. possibilidade de alteração ................................ 447
1.4.3. inversão da ordem das propostas ........................ 448
1.4.4. unificação dos sistemas .................................... 450
1.5. Tipo de licitação.................................................. 454
1.6. Forma: presença ou eletrônicos .............................. 455
1.7. Pregão eletrônico................................................. 459
1.7.1. sistema de registro de preços ................................ 458
1.7.2. credenciação .................................................. 459
1.7.3. chave de integridade ......................................... 460
1.7.4. desconexão do sistema ..................................... 461
1.7.5. proposta vencedora .......................................... 462

Capítulo 2 - Façanha

2.1. Justificativa...................................................... 463
2.2. Definição do pregão ............................................ 464
2.3. Definição de carona ............................................ 464
2.3.1. diferenças .................................................... 465
2.3.2. podem ser .......................... ................................ 465
2.3.3. regularidade .................................................. 466
2.3.4. habilitações ................................................... 466
2.3.5. qualificação ................................................... 467
2.3.6. qualificação do credenciado ................................ 467
2.3.7. controle ....................................................... 468
2.3.8. da habilitação ............................................... 468
2.3.8.1. considerar ................................................. 469
2.3.8.2. da definição .............................................. 469
2.3.8.3. da regulamentação ....................................... 470
2.3.8.4. do questionamento ..................................... 470
2.3.9. habilitações ................................................... 471
2.3.10. síntese ....................................................... 471
2.4. Definição do pregão ............................................ 472
2.4.1. pregão presencial .......................................... 472
2.4.2. pregão eletrônico ........................................... 473
2.5. Definição do pregão ............................................ 473
2.6. Definição do pregão ............................................ 474
2.7. O que deve .......................... ................................ 474
2.8. Designação ...................................................... 475
2.8.1. o ato de designar ........................................... 475
2.8.2. quem deve .......................... ................................ 476
2.8.2.1. integrantes ................................................. 476
2.8.2.2. qualificações ............................................. 476
1.4.2. possibilidade de reduzir o valor da proposta
1.4.3. inversão das fases de julgamento
1.4.4. unificação da fase recursal
1.5. Tipo de licitação
1.6. Forma: presencial ou eletrônico
1.7. Pregão eletrônico – generalidades
1.7.1. sistema de comunicação
1.7.2. credenciamento – condição de acesso
1.7.3. chave de identificação e senha
1.7.4. desconexão do sistema
1.7.5. proposta vantajosa aleatoriamente escolhida

Capítulo 2 - Fase interna

2.1. Justificativa da necessidade
2.2. Definição do objeto
2.3. Definição das exigências para habilitação
2.3.1. diferenças da licitação convencional
2.3.2. podem ser simplificadas
2.3.3. regularidade fiscal e seguridade social
2.3.4. habilitação jurídica
2.3.5. qualificação técnica
2.3.6. qualificação econômico-financeira
2.3.7. declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF/88
2.3.8. da habilitação de micro e pequena empresa
2.3.9. habilitação no pregão eletrônico
2.3.10. síntese da habilitação no pregão presencial
2.4. Definição dos critérios de aceitação das propostas
2.4.1. pregão presencial
2.4.2. pregão eletrônico
2.5. Definição das sanções por inadimplemento
2.6. Definição das cláusulas do contrato
2.7. O que deve ficar documentado nos autos?
2.8. Designação do pregoeiro e da equipe de apoio
2.8.1. o ato de designação
2.8.2. quem deve ser designado?
2.8.2.1. integrante do órgão - natureza do vínculo
2.8.2.2. qualificação e capacitação
Capítulo 3 - Fase externa

Sessão 1. Convocação

Sessão 2. Participação por remessa postal

Sessão 3. Documentos para o credenciamento

Sessão 4. Forma de credenciamento

Sessão 5. Situações especiais

Sessão 6. Credenciamento no pregão eletrônico

Sessão 7. Abertura do pregão presencial

Sessão 8. Roteiro prático

Sessão 9. Roteiro prático - ato facultativo

Sessão 10. Coleta de declaração de habilitação

Sessão 11. Declaração falsa - consequências

Sessão 12. Declaração de beneficiário da LC 123 – ou de ME/EPP
3.3.4.1. rubrica e numeração de documentos.......................... 636
3.3.4.2. juntada do envelope................................................ 636
3.3.5. exame de conformidade............................................ 636
3.3.5.1. procedimento do exame de conformidade................. 638
3.3.5.2. objetivo do exame de conformidade......................... 639
3.3.5.3. consequências do exame de conformidade............... 641
3.3.5.4. situações especiais................................................ 641
3.3.6. seleção dos lançadores............................................. 642
3.3.6.1. intervalo de dez por cento..................................... 643
3.3.6.2. número mínimo de três.......................................... 643
3.3.6.3. situações especiais................................................ 644
3.3.7. fase de lance - julgamento e classificação das propostas 645
3.3.7.1. exemplificação..................................................... 646
3.3.7.2. situações especiais................................................ 647
3.3.8. decisão sobre a aceitabilidade da proposta.................. 649
3.3.8.1. exame da compatibilidade de preços....................... 650
3.3.8.2. exame do objeto................................................... 653
3.3.8.3. consequências da não aceitação.............................. 653
3.3.8.4. do direito de preferência da ME/EPP....................... 655
3.3.8.4.1. do empate de valores nominalmente diferentes....... 657
3.3.8.4.2. do procedimento do desempate............................ 660
3.3.9. documentos da habilitação.......................................... 661
3.3.10. julgamento da habilitação......................................... 665
3.3.10.1. SICAF e sistemas de cadastramento equivalentes.... 666
3.3.10.2. situações especiais.............................................. 671
3.3.11. declaração do vencedor............................................ 673
3.4. Sessão do pregão eletrônico........................................... 673
3.4.1. início da sessão....................................................... 674
3.4.2. exame de conformidade........................................... 676
3.4.3. seleção de lançadores................................................ 677
3.4.4. etapa de lances....................................................... 677
3.4.5. condições para lance................................................. 678
3.4.6. encerramento da fase de lances................................. 679
3.4.7. negociação............................................................. 679
3.4.8. desconexão do sistema............................................. 680
3.4.9. exame da habilitação................................................ 681
3.4.10. recurso............................................................... 682
3.4.11. saneamento - período e limites............................... 682
3.4.12. documentação........................................................ 683
3.5. Fase recursal.............................................................. 684
3.5.1. momento da declaração da intenção de recorrer ........................................ 684
3.5.2. manifestação da intenção de recorrer: forma e requisitos .............................. 685
3.5.3. legitimidade para recorrer ........................................................................ 686
3.5.4. consequências da motivação oportuna ...................................................... 687
3.5.5. efeitos do recurso ..................................................................................... 687
3.5.6. apresentação das razões do recurso: prazo e forma .................................... 688
3.5.7. apresentação das contrarrazões do recurso: prazo e forma ........................ 688
3.5.8. autoridade competente para a decisão ....................................................... 690
3.5.9. prazo para decisão .................................................................................... 690
3.5.10. efeitos do acolhimento do recurso ............................................................. 690
3.5.11. situações especiais .................................................................................. 691
3.5.12. peculiaridades do pregão eletrônico ......................................................... 692
3.6. Adjudicação .................................................................................................. 692
3.7. Ata do pregão ................................................................................................ 693
3.7.1. sugestão de ata do pregão .............................................................................. 693
3.7.2. ata preenchida .......................................................................................... 698
3.8. Homologação da licitação .............................................................................. 699
3.8.1. limites do poder de homologar .................................................................. 699
3.8.2. publicação da homologação – desnecessidade ........................................ 700
3.9. Convocação para assinar o contrato ............................................................ 701
3.10. Valor do contrato com o licitante remanescente .......................................... 704

Índice de assuntos .................................................................................................. 707